

1

Introdução: era uma vez um sujeito, uma história...

O Universo não é uma ideia minha,
a minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.

(Fernando Pessoa)

Este trabalho representa o reencontro com um tema antigo. Retorno ao meio acadêmico depois de oito anos formada em Serviço Social e de ter realizado um trabalho de conclusão de curso sobre a temática LGBT presenciando, na prática profissional, a falta de conhecimento sobre a temática, o despreparo de profissionais e as poucas pesquisas e bibliografia na profissão. Nesse processo, minhas angústias aumentaram e, por isso, apresento hoje esta dissertação.

Escrever esta dissertação de mestrado implicou, certamente, voltar à minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Isto configura um desafio, puxando o passado para o presente, priorizando as intensidades vividas, fazendo recortes no tempo, articulando momentos significativos no percurso de vivências e de práticas, costurando e alinhando os pedaços, buscando formar o todo, “semelhando a colcha de retalhos”.

A presente dissertação tem como objetivo principal identificar as possíveis demandas de travestis e transexuais face à implementação de políticas públicas, especialmente de Assistência Social e Saúde.

O título explicita o significado de “amapô” – mulher no idioma Iorubá – termo frequentemente utilizado pelas travestis e transexuais para definir “mulher”, e a reflexão sobre a existência do direito sobre o próprio corpo e o desejo de pertencimento ao sexo oposto.

No Brasil é comum neste grupo a utilização de terminologia oriunda do idioma iorubá, popularmente conhecido como Pajubá ou Bajubá. O vocabulário nagô passou a ser utilizado como um código de comunicação e, às vezes, como expressão de resistência e identificação.

Segundo a Wikipédia, Iorubá é um idioma da família lingüística nigero-congolesa falado em ritos religiosos, sendo também chamado de nagô. Nagô é o nome que se dava ao iorubano ou a todo negro da Costa dos Escravos que falava ou entendia o Iorubá. Essa linguagem é utilizada por travestis, baseada nas línguas africanas Nagô e Iorubá usadas em terreiros de candomblé.

O primeiro contato com as travestis e as transexuais sujeitos deste estudo se deu antes mesmo do início do projeto de qualificação, no primeiro semestre de 2009, em virtude de um convite da profissional assistente social, Ana Bontempo, para conhecer o grupo Transrevolução, vinculado ao Grupo Pela Vidda/RJ – Valorização, Integração e Dignidade do doente de HIV/AIDS, quando participava do Grupo de Pesquisa Diversidade Sexual, Cultura e Religião da PUC/RJ, coordenado por meu orientador, Profº Padre Luis Corrêa Lima.

O grupo é parte do movimento que atua com travestis, profissionais do sexo e transexuais, que se reúne quinzenalmente e promove dinâmicas, filmes, palestras com temáticas sobre: prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, direitos políticos, sociais e culturais desse segmento, atuando na preservação da auto-estima e da cidadania desses sujeitos.

Sendo assim, o caminho percorrido para desenvolver o estudo foi conhecer a história de vida dos sujeitos envolvidos, pois ela “apresenta as experiências e as definições vividas por uma pessoa, um grupo e como estas interpretam sua experiência” (Minayo, 1996, p.92).

Para tanto, realizei uma pesquisa de abordagem qualitativa e utilizei a metodologia de História Oral, que permitiu dar voz a estas travestis e transexuais, que expressaram suas vivências, relações familiares, discriminações e a relação com as políticas sociais, bem como evidenciou o despreparo de profissionais no interior dos programas na área de Saúde e Assistência Social que atendem essa demanda.

Na primeira etapa do campo (2009.2), em que as travestis e transexuais foram incluídas na pesquisa a partir dos meus contatos na instituição, coordenação do grupo e relação interpessoal, foram entrevistadas duas travestis e duas transexuais, todas pertencentes a camadas populares. Do universo em questão, três

entrevistadas participavam da reunião do grupo e uma transexual trabalhava num supermercado próximo a minha residência.

Desse modo, trabalhando com um universo de duas travestis e duas transexuais, os questionamentos centrais circundaram quatro eixos: história de vida (relação com familiares, amigos, descoberta da sexualidade), mundo do trabalho, direitos e seguridade social.

Minha aproximação com a temática da diversidade sexual se iniciou na construção da monografia do curso de Serviço Social que concluí no ano de 2003 na Universidade de Taubaté/SP, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Regina de Ávila Moreira, e que venho aprofundando na pós-graduação.

Repensar a temática sob novos ângulos e parâmetros permitiu a mim pesquisadora um amadurecimento intelectual e também um amadurecimento pessoal.

Minhas indagações emergiram ainda nas experiências vividas em campos de estágio durante a graduação, momento em que pude observar a maneira pela qual alguns profissionais assistentes sociais abordavam a homossexualidade, com uma carga de preconceito, discriminação, descaso e repugnância.

Minha participação nos movimentos LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros – se deu, principalmente, na cidade de São José dos Campos/SP, a partir de 2002, no projeto HSH (Homens que fazem sexo com Homens), onde busquei os sujeitos da minha pesquisa de graduação para minhas aproximações à temática.

A primeira experiência ocorreu no segundo ano de graduação, em 2001, quando fazia estágio de observação numa instituição em Taubaté/SP, SOS Mulher Família, que trabalha com mulheres vítimas de violência doméstica. Num determinado dia, um cidadão com orientação homossexual, entrou na instituição para conversar com a assistente social. Após o atendimento notei que a profissional “zombou” do mesmo.

A segunda experiência foi no terceiro ano de graduação, em 2002, durante um estágio em uma fundação filantrópica. O projeto no qual atuava trabalhava com adolescentes que, ao completarem 18 anos eram desligados da instituição. No Projeto, durante o processo de desligamento destes adolescentes, ocorriam

algumas dinâmicas com os mesmos e o assistente social responsável por cada um deles tinha que enviar um parecer técnico para o projeto. Em um destes pareceres percebi que houve um relato discriminatório acerca de um adolescente homossexual.

Desde a graduação, fui dedicando-me ao estudo e à pesquisa de temas que envolvem a questão de gênero e políticas sociais e a necessidade de aprofundamento da temática me motivou a realizar os estudos no mestrado.

No Trabalho de Conclusão de Curso da minha graduação em Serviço Social tive como objetivo discutir o acesso dos homossexuais masculinos às políticas públicas, especialmente a de Assistência Social, verificando a incorporação do discurso da cidadania como direito universal. Nesse trabalho, entrevistei três integrantes do Projeto Amigos e eles questionaram sobre a intervenção profissional do assistente social.

As conclusões deste trabalho me fizeram ter contato com a história de vida dos sujeitos, pessoas que sofreram e sofrem tanto preconceito, discriminação e violência, engajados na luta por direitos humanos e cidadania e se tornam seres humanos críticos e protagonistas da sua própria história.

Para o assistente social, atuando no campo das políticas sociais, entre elas a Assistência Social, a pesquisa auxiliou na qualificação do desenvolvimento profissional, pois assim será possível a construção de um projeto ético-político para os novos tempos, sem abrir mão dos compromissos com a cidadania, o cultivo da democracia e a parceria com a equidade e a liberdade.

A luta pela garantia do Código de Ética e de outro projeto societário não pode ser uma questão burocrática, mas uma disputa política entre projetos societários distintos para a sociedade. É através da observância ao Código de Ética e à Lei de Regulamentação da Profissão que o assistente social se compromete com a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos do movimento LGBT.

Desde a metade do século passado, tem-se o histórico de lutas sociais acerca da temática voltada para o movimento LGBT.

Na década de 1960, a sociedade enfrentou o questionamento da sexualidade. A pílula anticoncepcional passa a ser comercializada; a virgindade, enquanto valor essencial das mulheres para o casamento, a ser amplamente questionada e começa-se a pensar, mais especificamente no Ocidente, que o sexo poderia ser fonte de prazer e não apenas caminho para a reprodução humana.

Entre os inúmeros movimentos sociais que despontam nesse período estão os movimentos feminista e gay, porque ambos questionam as relações afetivo-sexuais no âmbito das relações íntimas do espaço privado e a luta contra uma sociedade com cultura machista.

Segundo o boletim do Grupo Gay da Bahia, número 27, ano XII, de agosto de 1993, o movimento de defesa dos direitos dos homossexuais surgiu na Europa nos finais do século retrasado (século XIX), tendo como principal bandeira a descriminalização da homossexualidade e o reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais.

Durante o Nazismo, mais de 300 mil gays foram presos nos campos de concentração e somente após a Segunda Guerra Mundial é que o movimento homossexual começa a se reestruturar na Europa e nos Estados Unidos.

Segundo Castells (1999), três fatores contribuíram para luta do movimento gay: estrutura (formação de uma economia informal avançada nas grandes potências, surgindo um novo mercado de trabalho diversificado e inovador); popularidade e a luta das lésbicas e gays pela liberdade sexual. Ele conclui que não há tipos de preferências sexuais de homossexualidade masculina e feminina, mas sim, identidades (relações sociais) lésbicas e gays.

Dessa forma, o autor distingue que os movimentos de afirmação de lésbicas e gays não são simples defesa dos direitos humanos, mas expressões poderosas de identidades e liberdades sexuais. Esses movimentos desafiam as estruturas de sociedades ortodoxas, construídas historicamente pela repressão sexual e o modelo heterossexual.

O movimento LGBT tem como marco histórico a revolta em 1969 contra a invasão pela polícia do *Bar Stonewall Inn*, em Nova York. O movimento homossexual surge, pois, nos Estados Unidos e espalha pelo mundo um novo protagonista, o gay, portador de uma nova consciência fortemente influenciada

pelas lutas feministas por igualdade, reivindicando direitos civis e colaborando para reviravolta nas relações de gênero e na redistribuição de papéis sexuais, tirando a sexualidade do espaço privado para o público.

No Brasil, o movimento Homossexual começa a se organizar durante a década de 1970, contextualizado num processo histórico que tinha como pano de fundo a ditadura militar, a lei da anistia e o processo de redemocratização.

Após a abertura política, os espaços urbanos freqüentados por homossexuais começaram a proliferar, dando mais abertura para a socialização deste segmento. Veículos alternativos de imprensa dedicados a temáticas homossexuais também aparecem proporcionando a troca de informações. Esses veículos iniciam-se na década de 1960 e, em abril de 1978, surge seu representante mais significativo: o *Jornal Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro. Este se destaca por tratar a questão da homossexualidade numa perspectiva política e por sua equipe editorial composta por personalidades célebres, como Darci Penteado, João Silvério Trevisan, Peter Fry, entre outros.

Segundo Rodrigues (2005), o surgimento do *Lampião da Esquina* representa bem o inconformismo diante da repressão e do conservadorismo que se abatia na sociedade brasileira. Utilizando-se dos periódicos, essa parcela da sociedade tentava mostrar caminhos alternativos para o difícil momento que vivíamos.

O *Lampião da Esquina* foi um dos representantes da imprensa alternativa brasileira que atingiram os mais altos e diversos níveis de transgressão e foi um divisor de águas na construção de identidades gays. Para Rodrigues (2005), o *Lampião* “iluminou o caminho de várias pessoas que viviam à sombra de sua própria identidade. Foi importante para toda essa geração que pôde ver que não está sozinha, que não era louca nem doente, e que existia um outro lado”.

O jornal *Lampião da Esquina* foi um dos principais responsáveis pelo surgimento do primeiro grupo militante brasileiro, em fevereiro de 1979, em São Paulo, o *Somos*, que mantinha com o jornal íntima relação. O periódico também contribuiu para que essas transformações culturais e a quebra de tabus pudessem se alastrar, mesmo que timidamente, pelo interior do país, fugindo do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, abrindo a discussão sobre os padrões morais vigentes. Era

expressivo o ideário nacionalista divulgado pelo jornal e que os militantes da época carregavam consigo, idéias notórias em todo segmento organizado e de esquerda, no Brasil na época.

O Grupo *Somos* foi marcante no contexto dos movimentos homossexuais, por ser o primeiro a centrar suas discussões em torno de questões políticas:

A grande novidade foi o surgimento de uma nova atitude que, deixando de lado um certo sentimento de culpa, até então bastante comum mesmo que entre os homossexuais mais notórios, passou a reivindicar um espaço de respeitabilidade pública para a homossexualidade (MacRae, 1990).

Após o surgimento do *Somos*, uma série de outros grupos começou a aparecer, alguns deles compostos por dissidentes do próprio *Somos*. Podem ser citadas algumas dissidências importantes como os grupos *Adé Dudu*, que militava na transversalidade entre a questão da homossexualidade e demandas sociais de afro-descendentes, o *Galf* (Grupo de Ação Lésbico Feminista), que defendia a especificidade das lésbicas dentro do movimento homossexual, e os grupos *Outra Coisa*, *Eros* e *Libertos* (MacRae, 1990).

Nos quase 20 anos de existência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), o movimento obteve importantes vitórias no reconhecimento dos direitos humanos dos gays e lésbicas do país.

Na década de 80, o cenário do movimento homossexual brasileiro mudou bastante. Ele conseguiu que o Conselho Federal de Medicina declarasse que, no Brasil, a homossexualidade não mais poderia ser classificada como “desvio e transtorno sexual”, conforme constava no CID – Código Internacional de Doenças.

Em 1989, incluiu no Código de Ética dos Jornalistas a proibição de discriminação por orientação sexual. No ano de 1990, nas leis orgânicas de 73 municípios e nas constituições dos Estados de Sergipe, Mato Grosso e Distrito Federal foi incluída a expressa proibição de discriminar por orientação sexual.

Na década de 1990, o movimento homossexual encara uma verdadeira batalha contra a AIDS, já que naquele momento os homossexuais estavam mais vulneráveis ao vírus causador da doença (HIV).

No contexto da militância GLBT no Brasil, tem sido cada vez mais importante o papel da ABGLBT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas,

Bissexuais e Transgêneros), que vem agregando entidades de todo o Brasil, promovendo ações e redes de intercâmbio.

A Associação, criada em Curitiba, em 1995, com 31 grupos GLBT fundadores, tem sido responsável por abrir diversas discussões sobre direitos civis em âmbito nacional, influenciando na adoção de políticas públicas e fazendo pressão junto ao Legislativo, articulando-se também com o Programa *Brasil Sem Homofobia*, política pública do governo federal.

Além disso, a ABGLBT empreende ações no campo do legislativo para aprovação de leis, pressiona as instituições competentes para garantia de recursos de prevenção à DST/Aids, defende um estado laico e atua junto à Representação Brasileira na ONU sobre orientação sexual e direitos humanos.

Enquanto manifestação cultural e política, a Parada do Orgulho LGBT iniciou-se na cidade de São Paulo, organizada por grupos que compunham a APOGLBT (Associação da Parada do Orgulho GLBT) de São Paulo, criada em 1999, como uma organização da sociedade civil em defesa da diversidade sexual. A missão é lutar por uma sociedade mais justa que reconheça direitos iguais para todos e, hoje, ocupa espaço em outros centros urbanos e cidades do interior.

O movimento LGBT tem-se tornado, ao longo da sua trajetória, um movimento organizado que busca reconhecimento social e legal e, principalmente, o respeito pelas identidades de gênero, englobamento e inclusão de todas as categorias de expressão da sexualidade e afetividade humanas.

Até meados da década de 1990, usava-se a sigla GLS significando *Gays, Lésbicas e Simpatizantes*. Com relação aos simpatizantes, estão os heterossexuais parceiros na luta.

A partir de fóruns voltados aos e conduzidos por militantes do movimento e de discussão política em espaços públicos, decidiu-se retirar o S da sigla e acrescentar outras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero. Recentemente, as lésbicas ganharam evidência, marcando contra o machismo social, e deram visibilidade para bissexuais, travestis e transexuais, criando a sigla LGBT, que significa lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais.

Toda essa trajetória política e construção de identidade dos sujeitos na sociedade brasileira foi motivadora e fundamental para a realização da

Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), que ocorreu em Brasília/DF, de 5 a 8 de junho de 2008, sob o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBT)”.

O evento foi destaque, sendo o primeiro no mundo com esta configuração, contando com a presença de delegados e representantes do poder público e da sociedade civil organizada que levaram propostas dos Estados. Contudo, Tosta e Pelúcio (2008) levantaram questões relacionadas à visibilidade dos grupos minoritários, criticando o fato das travestis, transexuais aparecerem no final da sigla e não no começo.

Foi anunciada durante a Conferência GLBT, a mudança da nomenclatura de referência do movimento. O L de “Lésbicas” passou a anteceder o G dos “Gays”. Agora, em vez de GLBT, utiliza-se a sigla LGBT. A mudança atendeu a uma antiga reivindicação do movimento das lésbicas, além de seguir um padrão internacional e de combater o machismo.

Cada letra da sigla LGBT representa uma especificidade. O simbolismo das letras refere-se às diversas categorias identitárias que circulam pelos espaços de militância e à mobilização política do segmento homossexual, assim como designa os diversos sujeitos que não se enquadram no modelo de uma sociedade heterossexual.

A letra **L** significa “**lésbicas**”: mulheres que sentem afeto e atração, tanto emocional como física por mulheres; a letra **G**, “**gays**”: homens que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo; a letra **B**, “**bissexuais**”: pessoas que têm desejos, práticas sexuais e relacionamentos afetivo-sexuais com pessoas de ambos os sexos; e a letra **T**, “**travesti**”: pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daqueles impostos pela sociedade. São pessoas que modificam o corpo através de hormonioterapia, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, não sendo regra para todas. A letra **T** também **inclui pessoas transexuais**: que possuem uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeter às intervenções médico-cirúrgicas para

realizar a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída.

Esse evento destacou-se como iniciativa histórica para a população GLBT, na medida em que ocorreram mobilizações de diversas instituições governamentais e não-governamentais, discutindo questões e demandas específicas. Pioneira nessa natureza no Brasil, a conferência foi convocada a partir de Decreto Presidencial, em 28 de novembro de 2007, possibilitando a realização de discussão política que articulou os diversos segmentos da sociedade brasileira.

Percebe-se que tal ação do governo visou à convalidação de direitos e à promoção da cidadania LGBT; necessidade de elaboração do Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos LGBT, seja pela ampliação, transversalidade e capilaridade de políticas públicas ou pelo aprimoramento legislativo e pelo avanço jurisprudencial que reconheça, no ordenamento constitucional, a legitimidade de direitos e garantias legais reivindicadas pelo público LGBT em suas especificidades.

Nas palavras de Paulo Vannuchi (2008, p.01),

...[tal iniciativa] representa um marco histórico na luta pela Cidadania e Direitos Humanos da população GLBT, tendo a grande responsabilidade de discutir e propor, de forma coordenada e com a garantia de participação popular, as políticas que nortearão as ações dos Poderes Públicos.

As propostas aprovadas nos grupos de trabalho e na plenária final da Conferência Nacional LGBT perpassaram os seguintes eixos: Direitos Humanos, Saúde, Justiça e Segurança Pública, Turismo, Previdência Social, Comunicação, Educação, Trabalho e Emprego, Cultura e Cidades; além da elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT, fazendo parte das estratégias para fortalecer o Brasil sem Homofobia (Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual).

Percebe-se que o eixo de Assistência Social não foi contemplado pela Conferência, mas o da Previdência Social incorporou o debate.

As propostas aprovadas no eixo de Previdência Social que tem aproximação com a Assistência Social são:

Promover ações de educação previdenciária junto aos Centros de Referência LGBT, estimulando, através de campanhas educativas, que os planos de previdência públicos e privados ampliem a cobertura aos companheiros/as homoafetivos/as, de travestis e transexuais;

Garantir a Assistência Social Integral para pessoas vivendo com HIV/AIDS. (RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT, 2009).

Na Conferência foram ainda discutidas demandas específicas de cada segmento que compõe a população LGBT. Em relação às políticas públicas de saúde, destacaram-se as demandas por reconhecimento das identidades de gênero das travestis e transexuais.

As travestis buscam o direito de serem identificadas pelo nome social (escolhido por elas no processo de transformação de identidade de gênero) e não o nome civil usado nos serviços de saúde. Pleiteiam também assistência médica para uma modelação segura do corpo com silicone. Os/as transexuais reivindicam que o SUS passe a oferecer a eles/elas as cirurgias para mudança de sexo.

Apesar do marco que significou a Conferência, bem como todos os seus encaminhamentos, percebe-se que a política de Assistência Social não incorporou suas reivindicações. Como uma política pública, a Assistência Social é uma política de direito a todos, mas o segmento travestis e transexuais tem alguma dificuldade de acesso.

O debate da política de assistência social, assim como seus limites e possibilidades, no decorrer dos últimos anos no Brasil caracteriza-se por grandes e complexas transformações, mostrando uma nova e inquietante agenda de questões para nós, que cotidianamente nos defrontamos com manifestações de exclusão social.

Um novo cenário começa a surgir, com a visibilidade conquistada pelos Movimentos Sociais em prol da população LGBT no Brasil, principalmente por meio da Conferência Nacional LGBT. Com isso, o Poder Público passa a abrir espaço de interlocução para ouvir as demandas dessa população, com o foco principal no combate ao preconceito e crimes de intolerância contra ela.

Como se pôde perceber, o processo de construção do movimento social LGBT revela-se uma longa caminhada, multi-determinada e inter-relacionada com diversos campos da vida social, como cultura, política, saúde, educação, entre outros, e por uma diversidade não só sexual, mas humana.

Esta dissertação partiu de reflexões sobre como os temas relativos à sexualidade e identidades de gênero se entrelaçam num emaranhado visível no nosso cotidiano. Trabalhar com essa temática é importante para aprofundar uma reflexão acerca da identidade de gênero e possibilitar debates sobre direitos, em especial, sobre as políticas de Saúde e Assistência Social para esse segmento. A pesquisa trará para o Serviço Social embasamento teórico, visto que há poucas referências no Serviço Social em relação ao tema na profissão.

Acredito que este trabalho seja inovador e a incorporação desta temática no Serviço Social tenha um maior aprofundamento crítico da realidade, da questão da cidadania e dos direitos humanos.

A pesquisa, portanto, objetiva analisar as trajetórias de vida de travestis e transexuais e a relação com as políticas sociais de Assistência Social e Saúde, identificando, principalmente, os obstáculos e desafios enfrentados pelas travestis para acessar o Sistema de Saúde e a Política Nacional de Assistência Social.

Este trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro deles, trago relatos percorrendo minha trajetória de vida pessoal, acadêmica e profissional, indagações e as primeiras aproximações com a temática de travestis e transexuais. Acredito que, na construção de minha identidade, toda vivência histórica foi importante, pois como elucida Martinelli (1999, p.24), “ao realizar o seu viver profissional, os sujeitos constroem as suas identidades”.

No segundo capítulo apresento como conduzi a discussão sobre os referenciais teóricos deste trabalho, refletindo sobre a travestilidade e transexualidades e suas relações com sexualidade, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

No terceiro capítulo apresento a pesquisa de campo e a análise dos depoimentos narrados por duas travestis e duas transexuais, as quais teceram suas trajetórias e a possibilidade de construir, para além do preconceito, uma bela história de vida.

No mesmo capítulo, aprofundo a reflexão sobre as políticas sociais da Saúde e da Assistência Social, seus desdobramentos, avanços e retrocessos no SUS e SUAS e sua relação com o cotidiano das travestis e transexuais.

Por fim, concluo o trabalho, apontando para outras questões abertas por esta pesquisa, discutindo inúmeras possibilidades de desenvolvimento desta investigação, salientando que esta dissertação é um momento de síntese de uma trajetória, que percorro desde a graduação em Serviço Social.

A contribuição deste tema de estudo para o Serviço Social e para os demais campos de conhecimento é de significativa importância, uma vez que visa à quebra de barreiras e de limites científicos no Brasil. Enfim, pretende-se alcançar dimensões ainda não estudadas, influenciar e refletir na produção de futuros pesquisadores, atores e instituições sociais com o foco na prevenção e intervenção de preconceitos e discriminações na área de saúde, assistência social e direitos de travestis e transexuais, subsidiando a proteção à plena cidadania.

As portas foram abertas. Os ouvidos postos à escuta. Esta pesquisa é o espaço de abertura para a construção de reflexões sobre caminhos possíveis para se compreender na prática as experiências de vida de travestis e transexuais face à implementação das políticas sociais de Saúde e Assistência Social. Compreender suas experiências, ao falarem de si, é buscar outros modos de compreensão, é ir além, é buscar na própria experiência o sentido singular ou plural de um determinado fenômeno, é abrir possibilidades, é permitir que outros modos de ser se apresentem.